MOSTEIRO DE ÃO VICENTE DE FORA

Arte e História

Centro Cultural

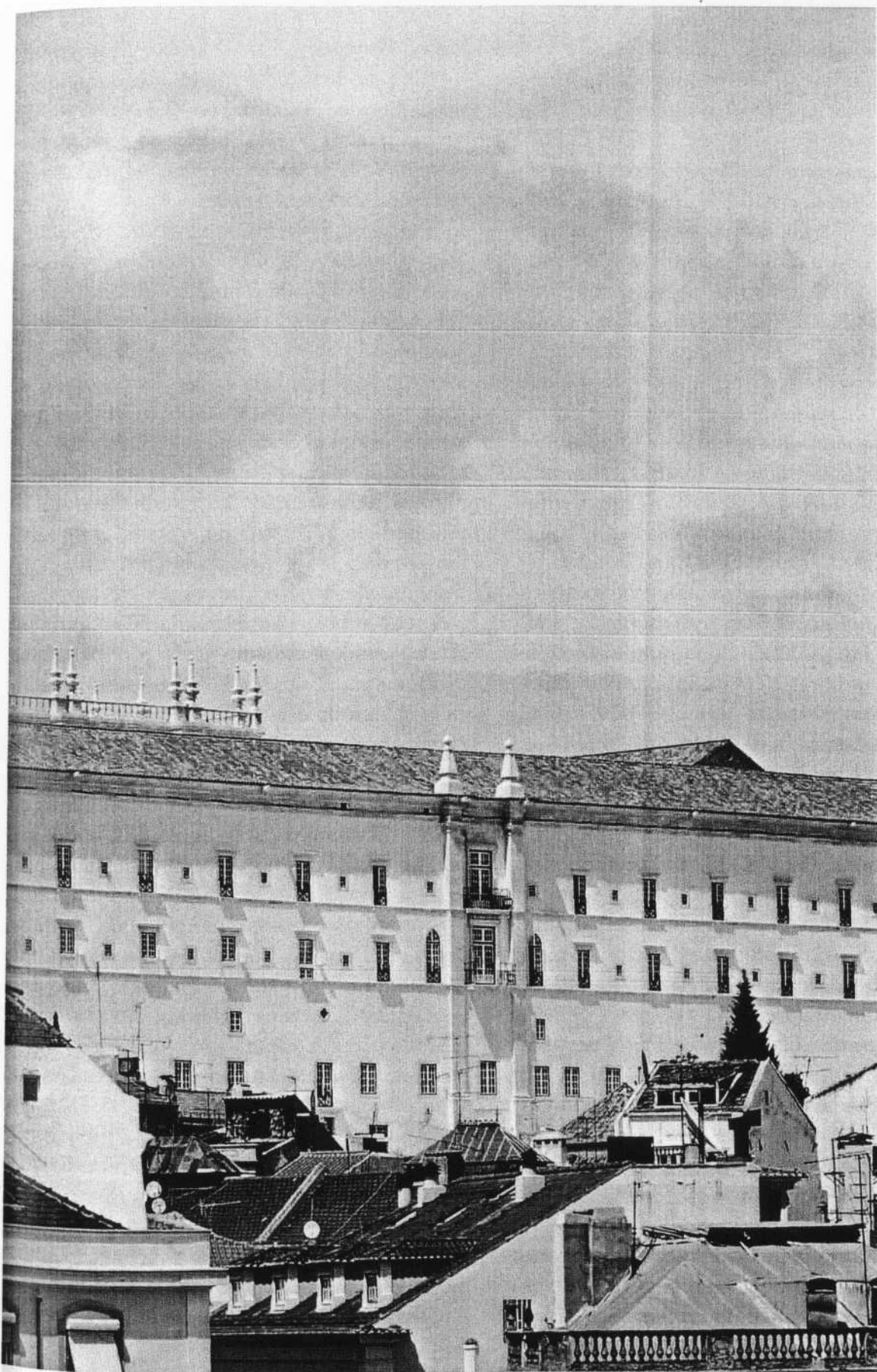
PATRIARCADO DE LISBOA

Os monges de São Vicente de Fora na Época Moderna

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Ao contrário do que acontece para parte da Época Medieval (Silva, 2002; Silva, 2008: 207-210), o conhecimento da história do mosteiro de São Vicente de Fora, durante os séculos XVI a XVIII, ainda aguarda investigadores. Os estudos produzidos até ao presente visaram as obras mandadas realizar por Filipe II, sobretudo porque contaram com a participação de importantes nomes da arquitectura, tais como Juan de Herrera, Filippo Terzi, Baltazar Álvares, Pedro Nunes Tinoco, João Nunes Tinoco e Luís Nunes Tinoco (Segurado, 1976; Alves, 2008: 27-28), ou aspectos pontuais, embora muito relevantes, tais como os rendimentos obtidos através dos foros (Coelho, 1983), as escavações dos ossários (Ferreira, 1983-1984, 1998), a botica (Dias-Pita, 1994) ou o papel de São Vicente enquanto panteão régio (Dias, 2006). As sínteses existentes são centradas, sobretudo, nos edifícios da igreja e do mosteiro (Travassos, 1863; Cruz Ferreira, 1995), não dando conta da diversidade das múltiplas temáticas inerentes à casa religiosa.

São Vicente de Fora era, na Época Moderna, bastante diferente da igreja mandada edificar em 1147 por D. Afonso Henriques (Góis, 2002: 131; *História*, 1, 1950: 1-47). Efectivamente, o primeiro templo construído em Lisboa, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Enfermaria e São Vicente Mártir, pertencente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, tinha, no reinado de D. João III (1521-1557), sete capelas e cinco confrarias regidas por leigos, cujos rendimentos eram de 35 cruzados: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Enfermaria, São Sebastião, Santa Margarida e Fiéis de Deus. Por seu lado, o convento contava com 30 frades e 10 servidores. A casa auferia uma renda de 3.000 cruzados. São Vicente de Fora era na época uma freguesia com 273 casas, 389 vizinhos e 1711 almas (Oliveira, 1987: 34, 67). Já então era visível a necessidade de proceder a reparações no mosteiro, tendo, em 1539, o cardeal D. Henrique destinado verbas para o efeito (Birg, 1994), apesar de algumas obras terem sido feitas no ano anterior (Alves, 2008: 20). A situação de quase ruína do edifício levou Filipe II a mandar construir uma nova igreja de raiz. A mesma foi consagrada aos mártires São Vicente e São Sebastião, cumprindo-se assim um desejo de D. Sebastião que mandara erigir, em Lisboa, uma igreja dedicada ao santo, a qual foi demolida antes de ter sido terminada, tendo os materiais e as relíquias sido integrados em São Vicente de Fora. As obras decorreram entre 1582 e 1629. Quanto ao mosteiro teve início por volta de 1670 e terá sido concluído durante o primeiro quartel do século XVIII. De 1582 a 1704, foram dispendidos 749.650 cruza-

Na página anterior: Mosteiro de São Vicente de Fora, Grande Vista de Lisboa. Museu Nacional do Azulejo, Inv. N.º 1
Nas páginas seguintes: Vista geral do Mosteiro de São Vicente de Fora.

dos na construção (Alves, 2008: 30).

Em 1620, no mosteiro viviam 40 religiosos, a freguesia tinha então 460 vizinhos, num total de 1810 pessoas (Oliveira, 1991: 530, 533). Poucos anos depois, em 1642, D. Rodrigo da Cunha referiu pouco mais de 40 monges (Cunha, 1642: parte II, cap. IV). Mais tarde, em 1759, segundo as respostas do padre Francisco José de Matos ao inquérito que integrou as *Memórias Paroquiais*, a freguesia de São Vicente de Fora contava com 552 fogos e 2485 pessoas. O pároco era o prior dos cónegos regrantes, que auferia 200.000 réis de renda. A igreja tinha três irmandades: Santíssimo Sacramento (com quatro capelães, com renda de 45.000 réis cada um), Almas (com dois capelães, com os mesmos 45.000 réis de renda cada) e Nossa Senhora das Necessidades (sem capelão por ser pobre). Segundo o mesmo informante, o mosteiro "*padeceu ruína*" no zimbório, na sacristia e num dormitório, em resultado do terramoto de 1755. Entretanto, as obras efectuadas já tinham reparado os danos (Portugal-Matos, 1974: 275-278). Antes do terramoto, a 19 de Novembro de 1724, um vendaval danificou remates e grimpas da igreja (Alves, 2008: 31).

Se tivermos em conta os dados demográficos dos séculos XVI a XVIII, atrás referidos, é visível o crescimento da população religiosa em São Vicente de Fora, o que está em cabal paridade com o que aconteceu um pouco por todo o Reino, entre leigos e eclesiásticos, apesar de algumas assimetrias regionais (Ferro, 1995: 32, 100-102). No particular da população eclesiástica refira-se que, em 1620, Portugal tinha 450 conventos e mosteiros, em 1739-1740 o número já ascendia a 477 (85 dos quais em Lisboa e termo) e, anos depois, entre 1759 e 1763, já as casas eram por volta das 579, das quais 448 eram masculinas (Braga, 2001: 99).

Na segunda metade de Setecentos, concretamente entre 1771 e 1792, os cónegos regrantes de Santo Agostinho saíram de São Vicente de Fora e instalaram-se em Mafra. A transferência foi o resultado do estabelecimento da patriarcal de Lisboa no mosteiro, após o incêndio ocorrido em 1769 na basílica mandada construir por D. João V. A patriarcal passara, antes de se instalar em São Vicente, por São Roque e São Bento. (Almeida, vol. 3, 1970: 95; Clemente, 2001: 105, Alves, 2008: 32). Os cónegos regrantes regressaram a São Vicente em 1792.

No ano seguinte, restabeleceram os estudos através das chamadas Reais Escolas de São Vicente de Fora, nas quais leccionaram, de entre outras matérias, francês, latim, grego, aritmética, geometria, física experimental, teologia dogmática e moral, filosofia racional e retórica (Alves, 2008: 32). Permaneceram no mosteiro até 1834, data da extinção das ordens religiosas.

A documentação relativa a São Vicente de Fora é abundante, mas não particularmente variada, sendo de salientar em especial os contratos de exploração agrária. De facto, o património fundiário da instituição foi sendo obtido desde a Época Medieval através de doações, quer da família real quer de membros do clero e da nobreza ou de abastados, e de compras levadas a efeito pela casa. O mosteiro possuía casas, terras (de semeadura, vinhas, olivais, matas...), lagares e moinhos. Os contratos de exploração predominantes eram os emprazamentos em três vidas, com referências ao tipo e localização das propriedades e aos foros recebidos, como era hábito na época, constituídos pela renda principal (cânon) e pela renda acessória (foragem, direitura ou miúnça). O cânon podia ser solvido em numerário ou em géneros, constituído por quantias fixas ou percentagens da colheita, a chamada quota parciária; enquanto as direituras eram pagas em bens agrícolas ou pecuários e pequenas quantias monetárias.

Conhecem-se as localizações das proprieda-

des e os rendimentos das mesmas pertencentes a São Vicente de Fora em determinadas datas. Através do estudo do *Livro de Notícia dos Foros* (1678), Maria de Fátima Coelho apurou que a maior parte do património fundiário se concentrava em Lisboa e termo, sendo de salientar algumas terras em zonas mais distantes como, por exemplo, Alenquer, Beja, Cuba, Elvas, Guarda, Montemor, Ourém, Santarém, Tomar e Torres Vedras. As quantias monetárias, provenientes dos foros, atingiram os 737.823 reis, em 1678, dos quais 281.315 réis eram oriundos de propriedades situadas na cidade de Lisboa e os restantes 456.508 réis originários das do termo e de outras zonas do país. Na mesma época, o mosteiro já era detentor de vários padrões de juro. Além das verbas em numerário, São Vicente de Fora recebia diversos géneros em quantidades variáveis, a saber: animais (cabritos, capões, carneiros, coelhos, frangos, galinhas, leitões, patos, porcos), azeite, cera, cereais (cevada, milho, trigo), frutos (maçãs, peras, pêssegos, romãs), ovos, palha, queijos, queijadas e sal (Coelho, 1983: 645-647).

Os foros obtidos em numerário tiveram tendência a crescer. Em 1704, só os que foram provenientes das propriedades situadas na cidade de Lisboa, atingiram os 688.066 réis. Na mesma

Quantias e percentagens dos juros recebidos pelo mosteiro de São Vicente de Fora (1704).

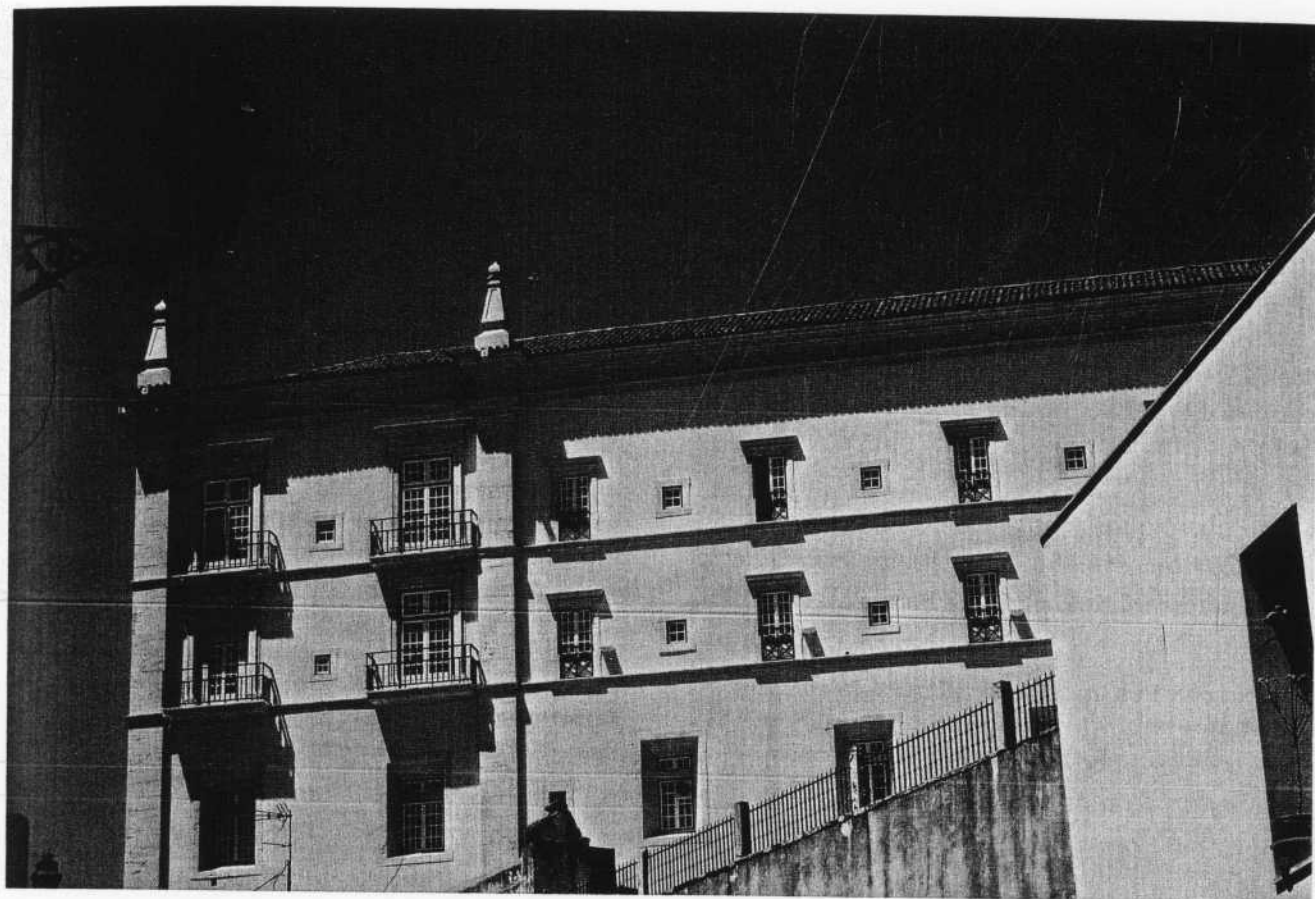
data, os juros recebidos alcançaram 2.996.566 réis, numa distribuição bastante desigual por várias instituições: Alfândega de Lisboa (1.286.310 réis), Casa de Bragança (495.038 réis), Sal de Setúbal (308.000 réis), Almoxarifado de Abrantes (300.000 réis), Portagem de Lisboa (250.000 réis), Sete Casas[1] (155.000 réis), Alfândega do Estanco do Tabaco (120.000 réis), Senado da Câmara (62.218 réis) e Casa das Carnes (20.000 réis). Note-se que só a Alfândega de Lisboa fornecia 43% deste tipo de rendimentos, cabendo o segundo lugar à Casa de Bragança, com apenas 17%.

No que respeita aos foros em géneros provenientes de terras fora de Lisboa, teriam os religiosos que pagar determinados tributos, porém, forem isentos dessa obrigação várias vezes, nomeadamente por D. Sebastião, D. João IV e D. Pedro II[2]. Entre as terras pertencentes ao mosteiro, também se encontravam matas. Filipe II, em 1589, chegou a escrever ao prior para aquele autorizar o corte de madeira na de Albergaria para a mesma ser utilizada na Ribeira de Lisboa na construção de dois galeões[3].

Além da dispensa de tributos relativos aos cereais provenientes das terras do mosteiro, a casa beneficiou de outras isenções, tais como por exemplo, quando, a 20 de Setembro de 1579, o cardeal rei D. Henrique autorizou o

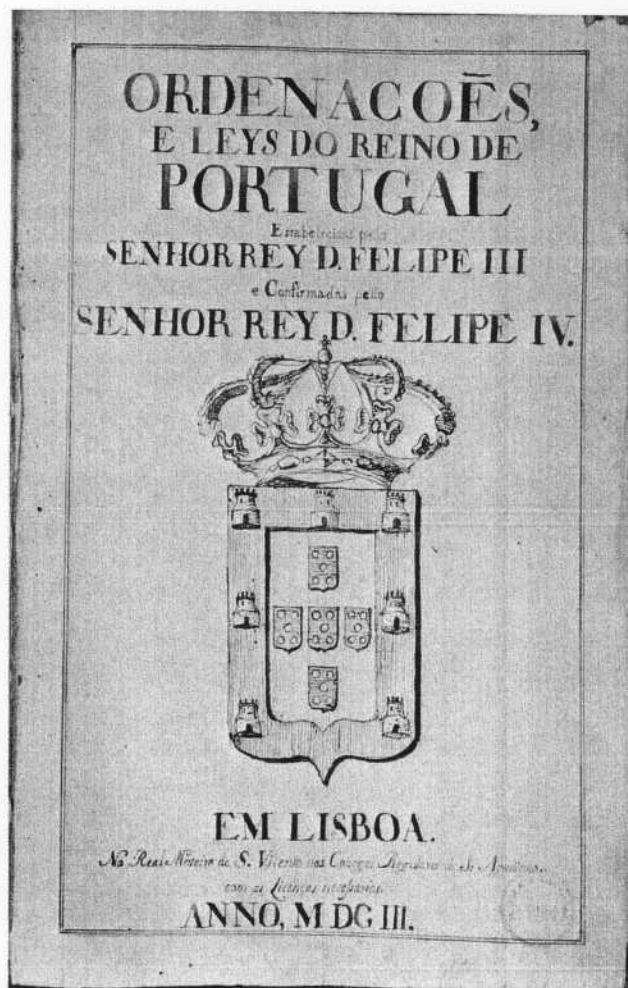
prior a mandar trazer do Reino de Castela, através dos portos secos, 100 côvados de pano branco e 40 de pano preto, para serem utilizados na confecção dos hábitos, sem pagar quaisquer direitos alfandegários[4]. Por outro lado, antes ainda, a 3 de Setembro de 1556, Virgílio Rosário, vigário geral do Papa Paulo IV, passou uma carta de excomunhão a todas as pessoas que tivessem sonegado bens ao mosteiro[5].

São Vicente foi, desde a Época Medieval, um importante centro de vida espiritual e cultural. A sobrevivência de um sacramentário e de um evangeliário iluminados (hoje na Biblioteca Nacional de Portugal), utilizados quando já eram comuns os missais plenos (Cepeda, 1985), denota o cuidado com as cerimónias litúrgicas e permite entrever a riqueza da biblioteca dos cónegos regrantes. Efectivamente, sabe-se que, no século XIII, a livraria do mosteiro tinha 60 obras em 116 volumes (Silva, 2002: 80-83). Para a Época Moderna encontrámos três catálogos de livros do convento relativos aos séculos XVIII e XIX[6]. Pelo que foi realizado na primeira metade de Setecentos, podemos verificar que as obras foram arroladas em sete categorias: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras. Dentro de cada classe os livros foram indexados por tamanhos: *in folio, in 4.º, in 8.º, in 12º*, e dentro de cada um dos tamanhos pelo apelido do autor. Seguidamente, arrolaram-se, para cada categoria, os livros anónimos, igualmente por tamanhos e, finalmente, as obras manuscritas. A terminar o catálogo, aparece um suplemento com mais algumas obras de Jurisprudência, História e Belas Letras[7]. O catálogo de 1824, realizado pelo bibliotecário, indicou 6.473 volumes dispostos por ordem alfabética. Neste caso, é interessante notar as explicações prévias que forneceu acerca da disposição dos livros arrumados em 41 estantes (cada uma com oito prateleiras), identificadas com letras romanas. No catálogo, explicou ainda o autor do documento, *"todos os livros estão arranjados em ordem alfabética, se tem autor, o seu nome próprio ou o sobrenome mais notável se aponta no catálogo na letra correspondente, se é anónimo o título mesmo do livro é quem o fará conhecer no alfabeto"*[8].

Uma análise ainda que breve permite verificar que, tal como em outras bibliotecas de instituições religiosas ou de eclesiásticos (Mesquita, 1993, Cardoso, 1995, Oliveira, 1995a, Rocha, 1996, Fernandes, 2000), na de São Vicente predominaram as obras de temática religiosa. No entanto, os monges tinham outros interesses, tais como a Astronomia, a Matemática, a Física, a Medicina, a Farmacopeia, a História e as Belas Letras, sem esquecer, inclusivamente textos mais inesperados, como por exemplo um almanaque manuscrito de 1724. Se exemplificarmos com obras de História poderemos verificar que, e apenas entre os autores portugueses, o mosteiro possuía livros de António Carvalho da Costa, Bernardo Pereira de Barredo, Damião de Góis, Diogo Barbosa Machado, Diogo do Couto, Duarte Galvão, Fernando de Meneses, Fernão Mendes Pinto, Francisco de Andrada, Jerónimo Contador de Argote, João de Barros, Jorge Cardoso, D. José Barbosa, Luís Caetano de Lima, Manuel Faria e Sousa, Nuno Álvares Pereira e Sebastião da Rocha Pita. No que se refere às Belas Letras salientem-se obras de autores como Amador Arrais, António Delicado, António Vieira, Bento Pereira, João de Morais Madureira, Luís Caetano de Lima, Luís de Camões, Manuel Caetano de Sousa, Manuel Faria e Sousa e Rafael Bluteau[9]. Ou seja, obras de autores dos séculos XVI a XVIII, alguns saídos recentemente dos prelos. Note-se ainda que a biblioteca albergava vários incunábulos, publicados sobretudo, mas não exclusivamente, em cidades italianas: Basileia, Bolonha, Colónia, Florença, Lyon, Milão, Pádua, Paris, Sevilha e Veneza. Entre estas edições contam-se exemplares saídos do prelo de Aldo Manuzio[10].

Mosteiro de São Vicente de Fora.

São Vicente de Fora ligou-se aos livros não só através da biblioteca mas também porque imprimiu obras. Efectivamente, consta ter sido o francês Germão Galharde (1519-1560) o impressor encarregado de organizar a imprensa no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no ano de 1530, a qual aí teria permanecido até 1577, quando D. Sebastião a fez transferir para o mosteiro de São Vicente de Fora (Deslandes, 1888: 14). Sabe-se que, na Época Moderna, havia impressores que trabalhavam para quem solicitasse os seus serviços e impressores que procediam a impressões exclusivamente para o Santo Ofício da Inquisição, os bispos, a Casa Real, as casas mais abastadas da nobreza e até as academias (Anselmo, 1997: 89). Os prelos do mosteiro de São Vicente de Fora destacaram-se pela publicação de diversas edições das *Ordenações Filipinas*. Estas, concluídas em 1595, ainda em vida de Filipe II, só entraram em vigor em 1603, já no reinado de Filipe III. Tratou-se da actualização das *Ordenações Manuelinas* (1521), tendo em conta as *Leis Extravagantes,* compiladas por Duarte Nunes de Leão (1569), bem como diversos diplomas avulsos. Com a publicação das *Ordenações Filipinas* foi revogada toda a legislação extravagante, com excepção das Ordenações da Fazenda, dos Artigos das Sisas e das leis que estivessem no livro da Casa da Suplicação (Costa, 1981).

O Mosteiro de São Vicente recebeu privilégio para o exclusivo da impressão das *Ordenações Filipinas* em 1602, tendo a primeira edição saído no ano seguinte. Este privilégio constituiu uma forma de gerar receitas as quais deveriam ser canalizadas para as obras em curso (Almeida, vol. 2, 1968: 138). Em 1632, Filipe IV prorrogou por 10 anos o dito privilégio. A

ORDENACOĒS,
E LEYS DO REINO DE
PORTUGAL
Estabelecidas pelo
SENHOR REY D. FELIPE III
e Confirmadas pelo
SENHOR REY D. FELIPE IV.
EM LISBOA.
ANNO, M DC III.

Primeira edição das *Ordenações Filipinas*, 1603.
Biblioteca Universitária João Paulo II, 34 POR

ORDENAÇOĒS,
E LEYS DO REYNO DE
PORTUGAL,
CONFIRMADAS, E ESTABELECIDAS
PELO SENHOR REY D. IOÃO IV,
E agora impressas por mandado
DO MUYTO ALTO, E PODEROSO
REY D. PEDRO II.
EM LISBOA
No Real Mosteyro de S. Vicente dos Conegos Regulares de S. Agostinho
com as licenças necessarias por Manoel Lopez Ferreyra.
ANNO M. DC. XCV.

Edição das *Ordenações Filipinas* publicada por D. João IV, 1695.
Biblioteca Universitária João Paulo II, 34 POR

publicação deveria ser verificada pelo Desembargo do Paço para que não houvesse discrepâncias entre edições[11]. D. João IV revalidou a obra e, a 23 de Setembro de 1642 e a 13 de Janeiro de 1643, emanou diplomas sobre a mesma matéria, tornando claro quais as alterações que deveriam ser feitas, nomeadamente nos três primeiros fólios. Assim, no título deveria constar *Ordenações e Leis do Reino de Portugal confirmadas e estabelecidas pelo muito alto e muyto poderoso Rey D. João IV*. Por outro lado, seriam abolidas todas as referências aos Filipes, passando a ser referido o nome do primeiro rei da Casa de Bragança[12]. Em 1682, o regente D. Pedro voltou a privilegiar o mosteiro no sentido deste ter o exclusivo das edições por 10 anos[13], mas a quarta edição só apareceu em 1695 (Arouca, vol. 3, 2005). Finalmente, D. João V, em 1722, ordenou que durante quatro anos, nenhum livreiro nem impressor pudesse imprimir nem vender os cinco livros das ordenações, excepto se tivessem autorização do prior de São Vicente de Fora[14]. A edição de 1773 já ficou a cargo da Universidade de Coimbra. Além das várias edições das *Ordenações Filipinas*, o mosteiro publicou outras obras, tal é o caso do *Appendix das Leys Extravagantes*, relativo ao período de 1747-1760, impresso em 1760, ou a segunda edição (1711) da *Pharmacopeia Lusitana*, da autoria de D. Caetano de Santo António, um

PHARMACOPEA
LUSITANA
REFORMADA.
METHODO PRATICO
De preparar os Medicamentos na fórma
Galenica, & Chimica,
OFFERECIDA
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
THOME DE SOUSA,
COUTINHO, MENEZES,
E CASTEL-BRANCO,
CONDE DO REDONDO DO CONSELHO DE S. MAGESTADE,
& Vedor da sua Casa, Senhor de Govea Riba Tamaga, & das Villas
de Figueyró, Pedrogaõ Grande, Commendador da Ordem de
Santiago, & da Mecejana da Ordem de Christo, Alcayde
Mór de Villa-Viçoza, & de Mecejana, Padroeyro in
solidum das Abbadias de S. Payo, de Rulhe, &
de Santa Cezilia de Villaça, &c.

POR D. CAETANO DE S. ANTONIO
Conego Regular de Santo Agostinho, Boticario do Real
Mosteyro de S. Vicente de Fóra.

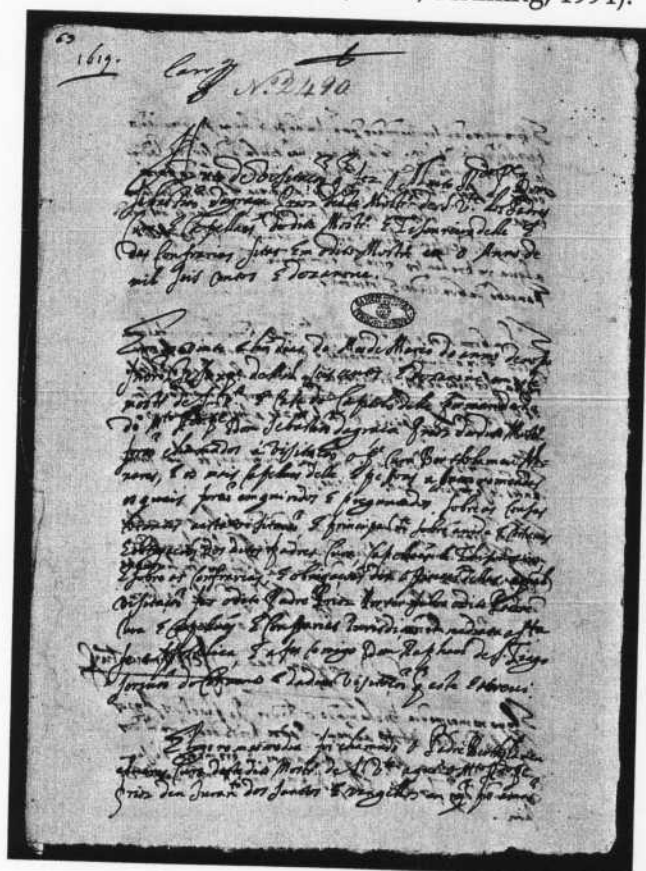
LISBOA,
Impresso no Real Mosteyro de Saõ Vicente de Fóra:
Com as licenças necessarias, & privilegio Real. Anno M. DCCXI,
Livraria d' Alcobaça.

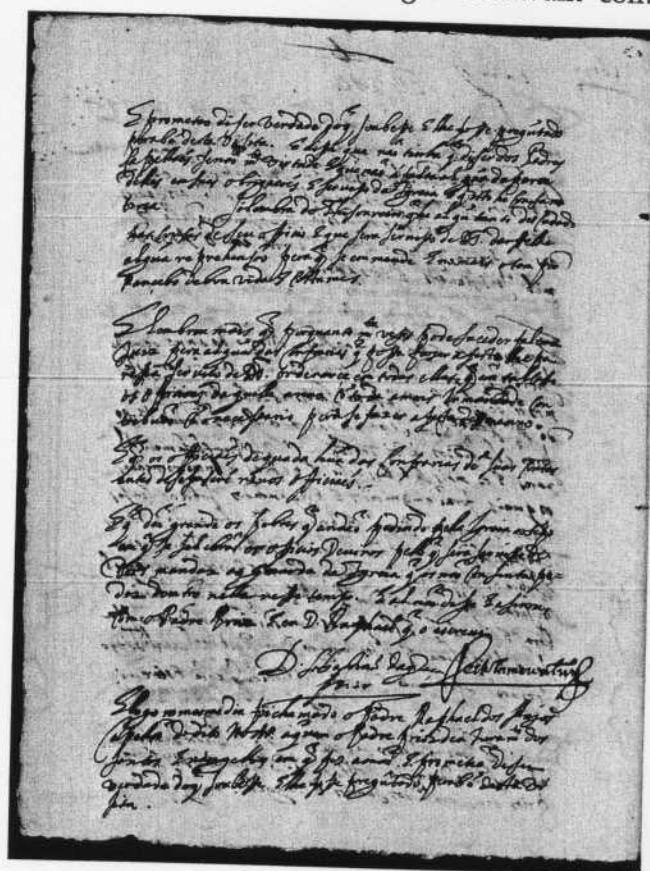
Segunda edição da *Pharmacopea Lusitana*, 1711.
Biblioteca Nacional de Portugal, S.A. 2931 A

dos membros da comunidade, que referiremos adiante.

Nem sempre a população religiosa que integrava conventos e mosteiros tinha vocação para se dedicar a uma vida abnegada, de oração e retiro do mundo. Efectivamente, ingressar numa casa religiosa podia ser o resultado de pressões familiares e de estratégias patrimoniais, de tal modo que conventos e mosteiros, chegavam a constituir, de acordo com as exigências de cada estabelecimento, oportunidades para secundogénitos da nobreza e de outros grupos sociais, a quem não fora possível casar. Independentemente, da existência de membros do clero com e sem vocação, quer os superiores das Ordens quer os bispos procuravam visitar as instituições, prática a que foi prestada mais atenção após o Concílio de Trento. E se, em algumas casas o que viam era alarmante (Braga, 2009), em outras eram visíveis apenas pequenos e pontuais problemas, tal é o caso de São Vicente de Fora, nos últimos anos de Quinhentos e no início da centúria seguinte, período para o qual ficaram documentadas diversas visitas ao mosteiro.

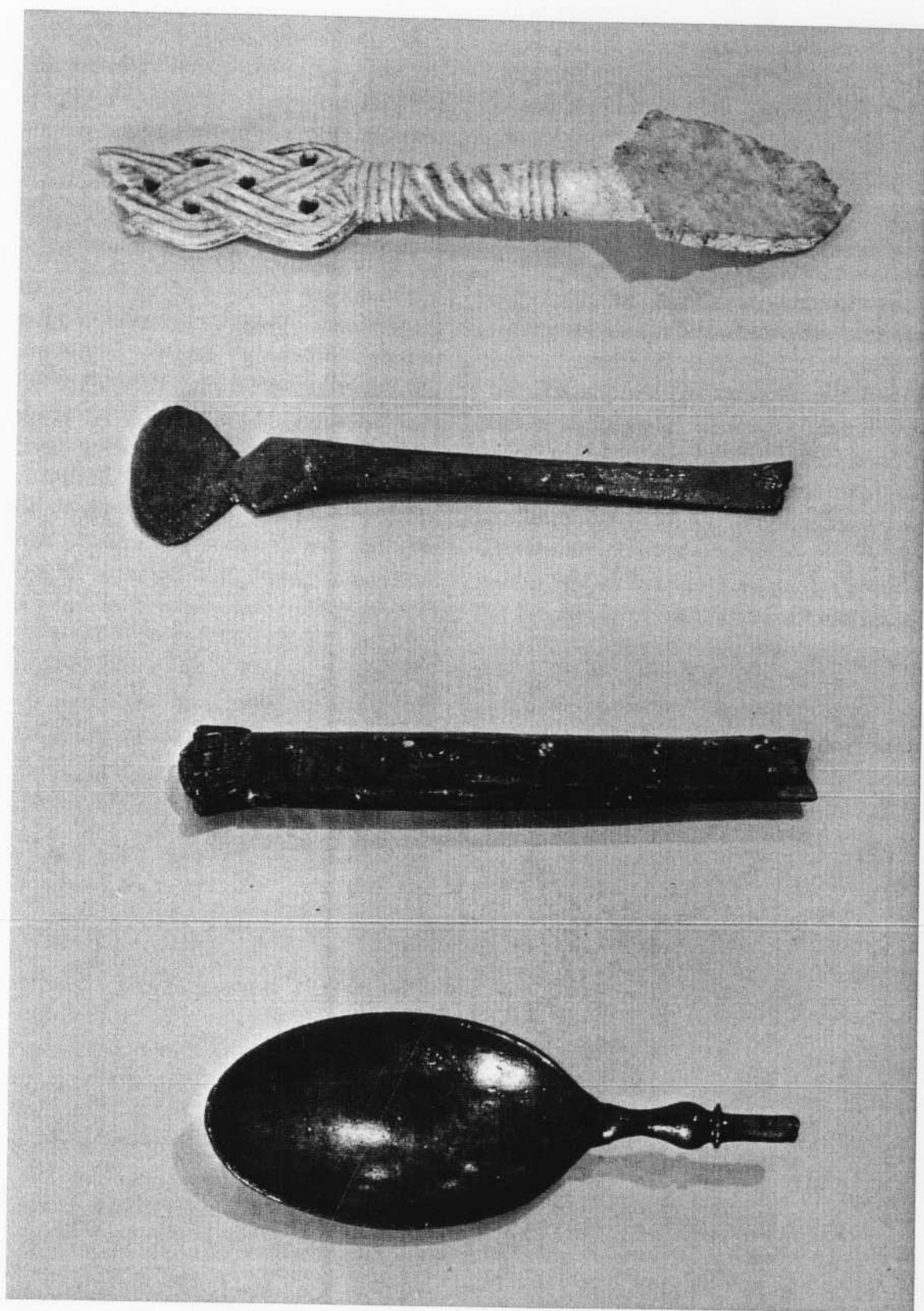
Se a prática de visitar as casas religiosas foi anterior ao Concílio de Trento, durante o mesmo insistiu-se nas exigências que deveriam ser tidas em conta no momento de admitir os can-

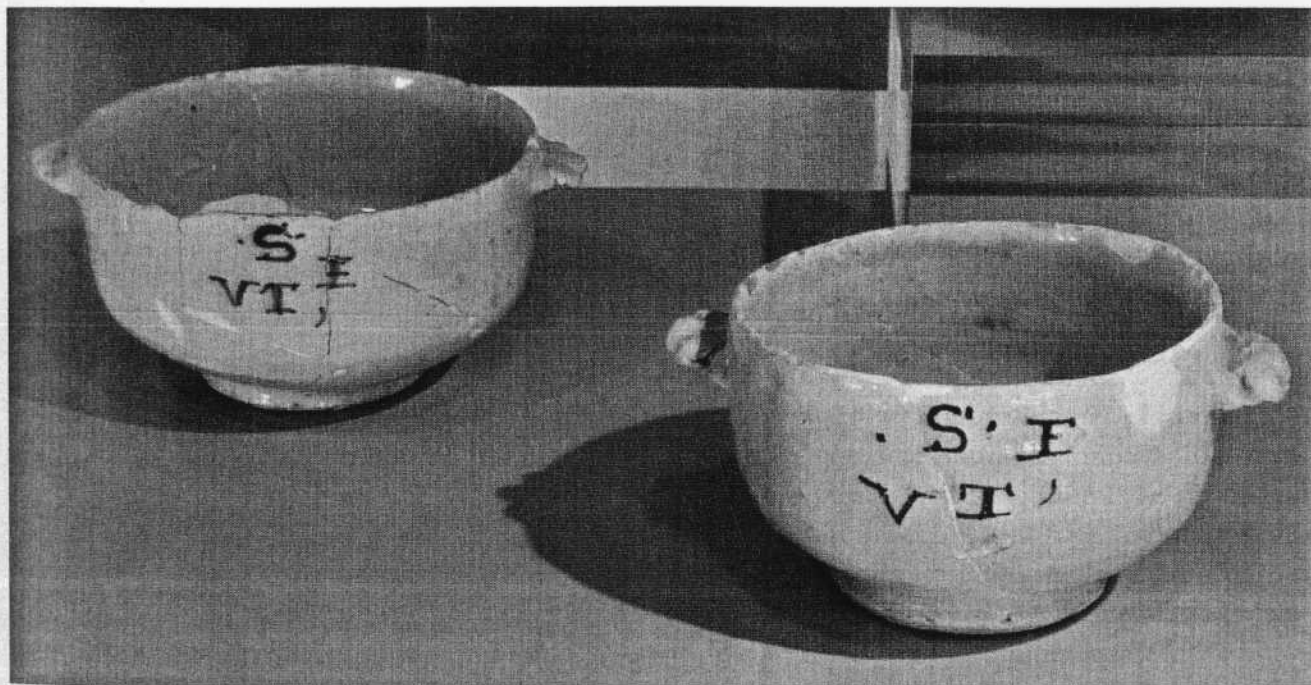
didatos, desde a formação intelectual e doutrinária, o dote, a vocação, passando pela reflexão acerca do acto de professar. Por outro lado, ao relembrar aos bispos e superiores das Ordens a necessidade de visitar as casas e ao tornar essa prática rotineira, tentou disciplinar-se o comportamento da população religiosa. Efectivamente, após Trento, o clero desempenhou uma acção mais actuante e efectiva no que se refere ao controlo do comportamento dos fiéis, assunto naturalmente ligado ao discurso de natureza política (Cardim, 1993). Neste sentido, as propostas historiográficas dos últimos anos têm tido em linha de conta os diferentes tipos de controlo moral e social e os seus diferentes agentes, bem como as áreas de cooperação e conflito verificadas entre os vários intervenientes no processo de disciplinamento social (Schulze, 1992; Reinhard, 1994; Schilling, 1994).

Conduzir as condutas, quer de leigos quer de eclesiásticos, foi uma tarefa que implicou esforços conjuntos da Coroa e da Igreja, os quais passaram pela utilização de formas e instrumentos de difusão do discurso religioso, umas de carácter repressor, tais como visitas pastorais e inquisitoriais e censura de livros, e outras de carácter pedagógico e persuasivo, tais como missões do interior, pregações, ensino da doutrina e confissões, sem esquecer a divulgação de livros de devoção, catecismos, hagiografias, imagens e até peças de teatro com fins evangelizadores (Palomo, 2005).

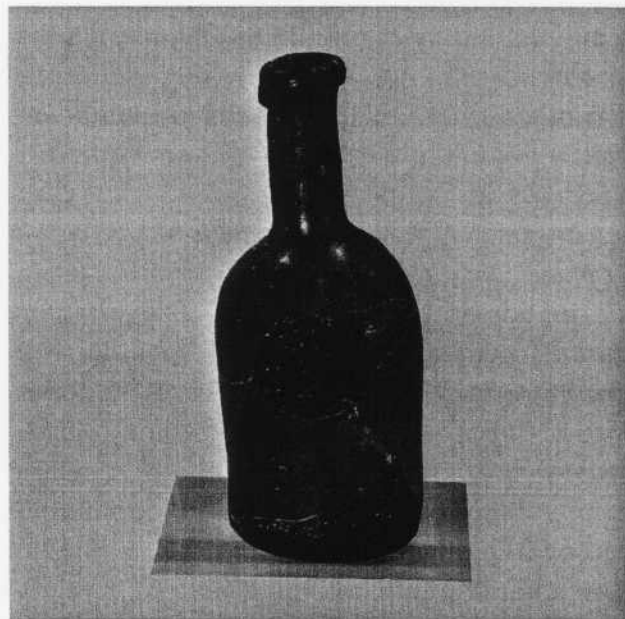
A paróquia de São Vicente de Fora obteve isenção da jurisdição episcopal em 1541, com confirmação papal de 1543. Assim, a visita da igreja competia aos priores, tal como as indagações realizadas aos curas, capelães e tesoureiro. Como as visitas em Portugal contavam com

Visitas realizadas ao mosteiro.
ANTT, *Cónegos Regulares de Santo Agostinho*, Mosteiro de São Vicente de Fora, Cx. 6, Doc. 102.

algumas especificidades, entre as quais a audição de leigos entre as testemunhas (Paiva, 2000: 250-255), as informações obtidas são particularmente ricas. De qualquer modo, conhecem-se apenas os resultados de seis visitas ao mosteiro: 1579, 1617, 1619, 1625, 1626, 1689. Em nenhuma se apuraram faltas graves por parte dos religiosos, nem problemas particularmente preocupantes relativamente às alfaias litúrgicas. Na primeira, foi referida a habitual falta de acompanhamento do Santíssimo Sacramento, as diferenças entre alguns capelães motivadas pela repartição de ofertas, chegando a *"más palavras que dão escândalo"*, o facto de um sacerdote não guardar o cerimonial da missa rezando a salve-rainha no fim e ainda o caso de um capelão que jogava às cartas e não tinha boas relações com os outros. Os membros das confrarias também foram alvo de três críticas. A saber, os mordomos da confraria do Santíssimo Sacramento não pediam aos irmãos esmolas para se rezar missa por morte dos confrades, os das outras irmandades não rezavam as missas de acordo com os seus regimentos e os mordomos e outros membros da confraria dos Fiéis de Deus tinham dívidas à irmandade[15].

Nos primeiros anos do século XVII, os principais problemas situavam-se nas questões das confrarias. Assim, na visita de 1617, apurou-se que havia muitas missas atrasadas em todas as irmandades, sendo de destacar a dos Fiéis de Deus. Neste caso, os confrades não acudiam às segundas-feiras. Foi sugerido que se fizesse um acordo para, no caso de não haver juiz da confraria, os restantes oficiais serem obrigados a fazer a festa, ao mesmo tempo que se entendeu deverem os irmãos das confrarias pagar as missas com as esmolas ordinárias[16]. Na visita seguinte, de 1619, insistiu-se no último assunto, sugeriu-se que todos os oficiais deveriam dar contas antes de se elegerem outros e estranhou-se que as confrarias fechassem as mesas nos dias de solenidades do mosteiro, dando origem a que os homens nobres e honrados não tivessem onde se sentar quando iam à igreja[17]. Em 1625, os principais problemas continuavam a ser localizados nas confrarias que, na perspectiva de várias testemunhas, precisavam de ser reformadas. Alguns oficiais eram *"pobres e miseráveis"* e não hesitavam em servir-se das esmolas para proveito próprio, não repondo as quantias que tinham tomado a título de empréstimo. Assim, foi considerado que os tesoureiros deveriam ser abonados e que seria útil haver um cofre com duas chaves – uma para o tesoureiro e outra para o escrivão – de modo a que todos os domingos fossem anotadas e lançadas as esmolas. Por outro lado, nem todas as missas eram celebradas[18]. No ano seguinte, nada parecia ter mudado, sendo de acrescentar que alguns irmãos, em dias de missa e pregação, iam para as tabernas com as capas das confrarias[19].

Na vista de 1617, entre os religiosos, o único problemático parecia ser o tesoureiro, que deveria ser admoestado para se tornar mais diligente. No depoimento de um dos interrogados, afirmou-se mesmo que era descuidado com o ensino da doutrina e que, num ofício, *"lançou mão dos círios que se puseram no altar dizendo que eram seus no que escandalizou os capelães"*. À parte desta questão também se recolhem críticas aos pedintes que pretendiam obter esmolas durante as celebrações dos ofícios divinos; ao transporte de uma relíquia, o braço de São Sebastião, quando *"vai fora para as procissões não vai decentemente como costumam ir as relíquias de outras partes como é a de Santa Ana da Misericórdia e a de Santo António, a qual levam capelães com os brandões acessos"*[20] e, finalmente, ao facto de ser impossível haver hora certa para tomar a comunhão nos dias da Quaresma pois tal implicava que os confessores saíssem dos confessionários sistematicamente. A solução passaria por dar a comunhão a todos os que se tinham confessado, após a missa[21]. Na visita

Fragmentos de colheres, séc. XVI.
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Museu

seguinte, o cura afirmou já ter repreendido o tesoureiro, mas os descuidos daquele mantinham-se. Por outro lado, os pobres continuavam a pedir durante a missa. Alguém apontou a falta de um frontal roxo num dos altares para ser usado durante a Quaresma e o Advento – usava-se um preto – e de uma vestimenta da mesma cor para celebrar missa pois era utilizada uma verde. Ouvidos vários leigos do sexo masculino, acerca do cura e dos capelães, todos foram unânimes em considerar que *"viviam honesta e virtuosamente"*, apenas alguns capelães nem sempre acompanhavam o Santíssimo Sacramento. Finalmente, o braço de São Sebastião, uma das relíquias de São Vicente, fora, no dizer de uma das testemunhas, levado a São João para integrar a procissão pelo Castelo e por outras partes *"escusas"* e não pelas ruas públicas, o que não fora bem visto[22]. Em 1625, insistiu-se no pouco interesse em acompanhar o Santíssimo Sacramento e na ausência do cura nos enterros dos pobres. Uma testemunha acrescentou ainda que lhe parecia que aquele estava de relações cortadas com Diogo Fernandes, aparelhador das obras da casa[23]. No ano seguinte, os descuidos do tesoureiro pareciam ser um dado adquirido e o coveiro não era diligente nem assistia na igreja aos dias santos pela manhã[24]. Finalmente, na visita de 1689, as recomendações do visitador foram no sentido de o cura ser mais solícito em acudir a administrar os sacramentos, os capelães e tesoureiros assistirem na igreja para acompanhar o Senhor e haver mais cuidado com o Santíssimo Sacramento quando este fosse levado aos enfermos. O tesoureiro deveria assistir na igreja de manhã e de tarde com sobrepeliz e aos domingos e dias santos o dito tesoureiro e o cura teriam que ensinar a doutrina às crianças, devendo este obrigar *"aos fregueses que mandem seus filhos à hora competente que lhes assinará"*. As ofertas e os folares da Páscoa teriam que ser repartidas de forma equitativa, os religiosos ficaram proibidos de emprestar paramentos e de celebrar

Taças, séc. XVII.
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Museu

Prato, séc. XVII.
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Museu

Garrafa de vidro, séc. XVI.
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Museu

missa no altar de Nossa Senhora do Pilar (*História*, vol. 1, 1950: 33-41) e, finalmente, o cura e os restantes padres "*tenham entre si muita amizade, união e conformidade, como devem ao hábito sacerdotal que professam*"[25].

Poucos dados se conhecem em relação à vida quotidiana da comunidade. Se bem que pautada, naturalmente, pela regra, que estipulava, por exemplo, o hábito, as horas das refeições, os tempos destinados à oração e ao lazer, outras fontes, como as arqueológicas (Ribeiro, 1984), possibilitam ir mais longe. Efectivamente, as escavações do ossário e da lixeira permitem saber que os monges consumiam, em quantidades desconhecidas, e tal como os de outras casas religiosas (Mota, 1990, Maia, 1992, Maia, 1993), carne de cabra, ovelha, porco e vaca, além de coelhos, galinhas e pombos. Assinale-se ainda o uso de peixe e crustáceos nas refeições (Ferreira, 1998: 25-27), ligados sempre aos dias de jejum e abstinência. Entre os frutos, pêssegos, alperces e azeitonas, de cujos caroços faziam apitos (Ferreira, 1983-1984: 11). É de supor que vegetais diversos, ovos, queijos e outros produtos integrariam igualmente as die tas alimentares da comunidade.

A cerâmica utilizada, especialmente, na cozi nha e na mesa era composta por peças d diversas tipologias: alguidares, atanores, barris copos, fogareiros, infusas, lucernas, mealheiros olas, panelas, pratos e tigelas de cerâmic comum; castiçais, pratos e tigelas de carena d cerâmica branca; alguidares, caçoulas, gomis púcaros de cerâmica de pasta vermelha vidra da de amarelo e verde; bucaros, caçoulas vasos decorativos de cerâmica de empedrados barris, bucaros e vasos decorativos de past fina engobe espesso e decoração incisa; prato pequenos e taças de porcelana chinesa e caçou las e pratos de faiança de pasta vermelh (Ferreira, 1998: 20).

Pelo longo inventário realizado em 1834, po ocasião da extinção das Ordens religiosas, pod verificar-se o património afecto ao refeitóri monástico. Nele constam desde o mobiliário três mesas de embutidos de diversas cores, 1 cadeiras com encosto, 12 cadeiras de braço dois canapés, um espelho – passando pelos tê teis – nove toalhas de guarnecer as mesas, 10 c

as cobrir e 71 guardanapos, todas as peças muito usadas, além de quatro aventais de linho e três de estopa, usados para servir à mesa – para terminar com os utensílios de vários materiais. Assim, de pó de pedra: 25 pratos, 34 outros pratos com bordos verdes, três travessas pequenas com a mesma decoração, 20 pratinhos e uma manteigueira. De louça inglesa: três pratos, seis pratos mais pequenos, duas travessas (uma pequena outra grande), duas manteigueiras e uma saladeira, todas as peças com armadura amarela, além de sete travessas de vários tamanhos. De louça oriental: 59 pratos azuis e brancos, duas travessas azuis, 12 tigelas, 29 pires, uma cafeteira e uma leiteira. Entre as peças mais ordinárias e sem especial especificação, contam-se: 12 pratos, 10 mais pequenos, duas travessas, uma saladeira, uma manteigueira com pires e duas sem eles, duas terrinas, outras duas individuais sem tampa, cinco pratos redondos para guisados de diferentes tamanhos, 15 saleiros, dois bules antigos e um outro com tigela, 18 pires, 13 chávenas e 16 canecas para café. Imitações de porcelanas também integravam o património de São Vicente, nomeadamente 15 chávenas com asa. Os vidros estiveram igualmente representados: 20 canecas de água com tampa, 56 copos de vinho, 12 copos para vinho branco, cinco copos mais ordinários, seis cálices de licor, três para vinho, 16 garrafas para vinho e 10 galheteiros de estanho com as respectivas galhetas de vidro. Foram ainda arroladas duas bandejas de charão, uma travessa do mesmo material, 19 talheres (colheres, garfos e facas) de estanho, 13 caixas de garrafas e quatro banquinhas para os doentes acamados poder tomar as refeições[26]. Ou seja, a comunidade possuía peças afins às de outros espaços religiosos (Braga, 2007).

Almofariz, séc. XVII.
Mosteiro de S. Vicente de Fora - Museu

Outro tipo de informações pode ser encontrado acerca da botica de São Vicente de Fora. Efectivamente se, na Época Medieval, havia no mosteiro um hospital, extinto por ocasião da criação do Hospital Real de Todos os Santos (1492), a botica terá continuado a funcionar (Basso-Neto, 1994: 13). Efectivamente, as manipulações ali efectuadas eram utilizadas quer no mosteiro quer em qualquer outro da mesma Ordem quer ainda por parte da população de Lisboa. Entre as especialidades, destaque para as pedras cordeais, a teriaga brasília e, sobretudo, para a panaceia mercurial. Esta última, era distribuída acompanhada por um regimento onde se explicava em que casos deveria ser tomada e quais as doses recomendadas.

Na botica de São Vicente de Fora, destacou-se um monge boticário, D. Caetano de Santo Antão que, antes de ingressar na casa de Lisboa, professou em Coimbra, tendo aí publicado

a *Pharmacopeia Lusitana* (1704). Trata-se da primeira farmacopeia redigida por um português, na língua nacional e editada em Portugal. A obra conheceu outras edições em Lisboa: 1711, 1725 e 1754 (póstuma). Da primeira edição para a segunda deram-se importantes alterações, nomeadamente a introdução da farmácia química, por influência das leituras das obras dos franceses Nicolás Lémery (1645-1715) e Moyse Charras (1619-1698). A obra foi dedicada ao conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Coutinho, um entusiasta dos medicamentos químicos (Dias-Pita, 1994: 23-25, Pita, 1996: 169-172, Pita, 1998: 160-161, Dias, 2007: 90-97, Pita-Pereira, 2008: 101-107).

Pelo inventário da botica, realizado em 1834, sabemos que possuía 315 recipientes farmacêuticos destinados à conservação, além de peneiros, balanças e 24 livros, de entre os quais a obra de Lémery (Basso-Neto, 1994:16). O património foi avaliado em 50.020 réis[27]. Na realidade, uma situação afim à de muitas outras boticas conventuais e leigas espalhadas pelo Reino (Dias, 2007: 164-168, Oliveira, 2008). Recordemos que Francisco Tavares na *Pharmacopea Geral*, de 1794, deu conta dos objectos que as boticas deveriam possuir: alambiques, almofarizes, balanças, coadores, espátulas, colheres, escumadeiras, funis, fornos, garrafas, prensas, panelas, peneiros, pedras de preparo, retortas, tachos e vasos (Pita, 1996: 216).

Na enfermaria também os monges possuíam certas peças de uso comum, quer para alimentar os doentes quer para lhe aplicarem os medicamentos prescritos, nomeadamente, e de entre outras, 15 tigelas, dois bules, uma escarradeira, um prato redondo para as sangrias, uma bacia para a barba e um púcaro, todos de estanho; uma escumadeira, uma colher de arroz, um funil, uma bacia para torrar café, duas frigideiras, seis caçarolas, todos de cobre; um vaso de latão, um jarro e duas leiteiras de pó de pedra, outras duas leiteiras da Índia, 22 vidros para ventosas e uma seringa. Sete lençóis de linho, sete cobertores três travesseiros, dois ferros de engomar, uma tesoura de alfaiate e ainda castiçais, campainhas e palmatórias completavam os bens pertencentes ao espaço destinado ao cuidado com os doentes[28].

O mosteiro de São Vicente de Fora pertenceu ao padroado real. E se, quer D. Afonso Henriques quer D. Sebastião, tinham manifestado interesse em lá terem os seus túmulos, foi só na segunda metade de Seiscentos, que o mosteiro se tornou, por ordem de D. João IV, panteão da dinastia de Bragança. Quando o corpo do monarca foi entregue à casa, em 1656, uma imagem de Cristo pregada a uma antiga cruz de prata, apesar de ter sido objecto de restauro meses antes, soltou-se. A ocorrência motivou uma inquirição feita por D. Manuel dos Santos, por comissão do prior D. Henrique do Desterro, na qual se refere o restauro da peça, a verificação do estado da mesma e as circunstâncias em que se dera o referido acontecimento[29].

Os caixões contendo os restos das pessoas reais começaram por ser guardados num depósito contíguo à capela-mor da igreja, tendo sido transferidos para o antigo refeitório do mosteiro, aquando das obras realizadas em 1853-1855, por ordem de D. Fernando II, viúvo de D. Maria II. Só então vieram do mosteiro dos Jerónimos os restos mortais de alguns membros da família de Bragança que ali se encontravam, como D. Afonso VI e D. Catarina, rainha de Inglaterra. Em 1932, a pretexto da morte de D. Manuel II e da aproximação do 25.º aniversário do regicídio de 1908, fez-se nova intervenção em São Vicente de Fora, a de Raul Lino, que deu origem ao que hoje se pode ver. Os despojos reais foram colocados em gavetões longitudinais de pedra serrada. O Rei que mais recentemente deu entrada no panteão, concretamente em 1967, foi D. Miguel, que morreu exilado

Jarra tubular com monograma do Convento de S. Vicente de Fora, c. 1790.
Colecção Particular

na Alemanha (1866). Assim, cumprindo o desejo de D. João VI, em São Vicente de Fora jazem quase todos os monarcas reinantes da casa de Bragança. As excepções são D. Maria I, que escolheu como sepulcro a Basílica da Estrela, e D. Pedro IV, que desde 1972 se acha no Brasil, embora durante mais de um século tenha jazido no panteão brigantino. Refiram-se ainda várias rainhas consortes, príncipes, princesas, infantes e infantas (Dias, 2006).

Tal como tivemos oportunidade de referir no início deste texto, o mosteiro de São Vicente de Fora ainda aguarda historiador que estude as complexas e variadas questões inerentes ao funcionamento desta casa religiosa, de modo a permitir conhecê-las e compará-las com outras instituições congéneres do mesmo período. De qualquer modo, a leitura da bibliografia produzida até ao momento, bem como as prospecções realizadas nos fundos documentais que se guardam, especialmente na Torre do Tombo, permitem verificar o crescimento da população religiosa, a diversidade de propriedades e de foros recebidos, a protecção régia que o mosteiro foi auferindo a par da importância que foi evidenciando em matérias do foro cultural. Neste caso, refira-se não só a existência de escolas, como também de uma vasta biblioteca e até a existência de uma tipografia.

A vida quotidiana dos que habitavam em São Vicente de Fora não é aspecto susceptível de ser negligenciado. Efectivamente, as visitas realizadas ao mosteiro, durante os séculos XVI e XVII, demonstram que as faltas não eram particularmente relevantes e ficavam confinadas a um ou outro indivíduo, nunca se generalizando a toda a comunidade, situação que contrasta com outras casas religiosas de Seiscentos. Por outro lado, a alimentação, pautada certamente pela sobriedade e pela variedade – a avaliarmos pelas fontes arqueológicas – bem como os objectos em que eram confeccionados e servidos os alimentos, são de molde a evidenciar semelhanças com outras comunidades masculinas, sempre mais modestas nestas matérias do que as congéneres femininas, nas quais a doçaria conventual era significativa quer para consumo próprio quer para oferta e até mesmo para venda. O cuidado com os doentes e a existência de uma botica, que contou com um boticário de renome e com preparações famosas constituiu outra faceta de referência para esta casa religiosa. Finalmente, São Vicente de Fora ao afirmar-se enquanto panteão dinástico, permitiu aos cónegos regrantes uma posição de prestígio e de relevo na estruturação da identidade política do Reino.

NOTAS

1. Recorde-se que as Sete Casas eram, em Lisboa, o conjunto de repartições onde se despachavam os seguintes bens: vinhos, azeites, carnes, frutos, carvão, lenha e escravos (Castilho, 1941: 95).
2. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 79, 84 e cx. 21, doc. 79.
3. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 17, doc. 108.
4. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 129.
5. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 60.
6. BNP - *Códices* 7400, 7402, 7405.
7. BNP - *Cod.* 7405.
8. BNP - *Cod.* 7402.
9. BNP - *Cod.* 7405.
10. A Biblioteca Nacional de Portugal indexa actualmente 138 obras cujo antigo possuidor foi o Mosteiro de São Vicente de Fora.
11. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 102.
12. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 138.
13. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 100
14. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 101.
15. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 105.
16. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 103.
17. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 102.
18. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 101.
19. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 100.
20. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 103.
21. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 103.
22. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 102.
23. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 101.
24. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 100.
25. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 6, doc. 96.
26. ANTT - *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 2223.
27. ANTT - *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 2223.
28. ANTT - *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 2223.
29. ANTT - *Mosteiro de São Vicente de Fora,* cx. 8, doc. 132.